

POP, em próprios municipais tendo que utilizar o recurso do aluguel, o que implicou em mais despesas mensais que incluem até mesmo pagar a própria prefeitura IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano.

A disputa intersetorial por reconhecimento e acesso a recursos é tão forte internamente em SMADS que em uma oitiva foi apresentado como meta: **Formalizar os serviços que são de gestão da SMADS e não da saúde ou de direitos humanos, tais como centros de convivência do imigrante e centros dia.** Ou ainda: **Enfatizar as especificidades da assistência social, enquanto política de proteção social, sobretudo junto às demais políticas sociais.**

4.4 - Governança do SUAS com organizações da sociedade civil

A relação com organizações da sociedade civil na produção de atenções é uma marca genética da gestão da assistência social na cidade de São Paulo. Formas anteriores à atual nessa relação foram adotadas pelo órgão desde sua implantação em 1966.

Foi Faria Lima quem instalou naquele momento o órgão sob a nomeação de Secretaria do Bem-Estar Social. De acordo com o primeiro secretário municipal, Paulo Soares Cintra, a concepção de Faria assim se expressava:

“não quero que cresça, não quero que inche, não adianta ter funcionários em grande quantidade e fazer o programa, porque o problema social de São Paulo é tão grande que nós podemos contratar mil, dois mil, três mil funcionários que nós não vamos fazer o trabalho. É preferível ter o dobro de recursos para as entidades. Desde que seja uma entidade séria e correta nada há a temer. (SPOSATI, 1988. p.270. Depoimento de Paulo Soares Cintra, 23-6-1986).

Esse parágrafo histórico possibilita entender que a decisão de, na cidade de São Paulo, desde início, o órgão municipal responsável pela assistência social